



Protocolo de Cooperação

Entre o **Instituto Geográfico Português** – adiante designado por **IGP** – neste acto representado pelo Presidente, General Carlos Manuel Mourato Nunes, e a **Câmara Municipal de Palmela** – adiante designada por **CMP** – neste acto representada pelo seu Presidente, Ana Teresa Custodio Sá, é acordada a celebração de um Protocolo de Cooperação para a Informatização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica do Município de Palmela .

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Protocolo tem por objecto definir a cooperação entre o IGP e a CMP com vista à informatização dos elementos alfanuméricos do cadastro geométrico da propriedade rústica do Município de Palmela, estruturados tendo em vista a futura integração desses dados num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização interna pelo Município de Palmela.

Cláusula 2ª

Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a CMP comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.

Cláusula 3ª

Anexo Técnico

Este Protocolo contém um anexo técnico, que dele faz parte integrante.



Cláusula 4ª

Obrigações do IGP

1. Fornecer à CMP cópias das fichas respectivas de cada prédio.
2. Fornecer à CMP todos os elementos descritos no ponto 4 do *anexo técnico*.
3. Validar os elementos alfanuméricos resultantes da digitação dos elementos do cadastro rústico do Município de Palmela, efectuada pela CMP, conforme as especificações descritas no *anexo técnico*.
4. Emitir uma licença à CMP, para uso exclusivo dos serviços deste Município na prossecução das atribuições e competências que lhes estejam conferidas por lei, dos elementos mencionados na Cláusula 1ª.

Cláusula 5ª

Obrigações da CMP

1. Executar a digitação dos elementos alfanuméricos do cadastro geométrico da propriedade rústica do Município de Palmela, conforme as especificações do *anexo técnico*.
2. Fornecer ao IGP todos os elementos referidos no ponto 5 do *anexo técnico*.

Cláusula 6ª

Gratuidade de dados

A transferência de informação cadastral referida nas Cláusulas 4ª e na Cláusula 5ª, entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

Cláusula 7ª

Prazos

1. Os dados referidos na Cláusula 4ª - ponto 1, serão entregues pelo IGP, à CMP, por freguesia.

2. A primeira freguesia, referente aos dados referidos na Cláusula 4ª - ponto 1, será entregue no prazo máximo de dois meses contados a partir da data de assinatura deste Protocolo.
3. Os dados referidos na Cláusula 5ª serão entregues pela CMP ao ritmo de uma freguesia por cada dois meses, após o fornecimento pelo IGP dos dados referidos na Cláusula 4ª - ponto 1.
4. O IGP efectua e comunica à CMP a validação prevista na Cláusula 4ª - ponto 3, ao ritmo de uma freguesia por cada dois meses.

Cláusula 8ª

Propriedade da Informação

1. A informação alfanumérica resultante da informatização referida na Cláusula 1ª é propriedade do IGP.
2. A utilização por parte da CMP da informação alfanumérica referida na Cláusula 1ª, destina-se ao uso exclusivo dos serviços desta Câmara Municipal, na prossecução das atribuições e competências que lhes estejam conferidas por lei.
3. A informação cadastral referida nos números anteriores encontra-se protegida pelo disposto na Lei Portuguesa e Internacional sobre direitos de autor, não podendo nomeadamente ser utilizada para finalidades distintas, copiada, divulgada ou cedida a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
4. A utilização e divulgação externa de todos ou parte dos dados contidos na informação referida nos números 1 e 2 da presente Cláusula, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implica sempre a menção expressa da sua proveniência, autoria e propriedade, através das fórmulas usuais.

Cláusula 9ª

Vigência



O presente Protocolo tem início na data de assinatura, e vigorará pelo período de um ano e meio.

Cláusula 10ª

Alteração ou Revisão do Protocolo

1. O Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração e revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 11ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 12ª

Interpretação

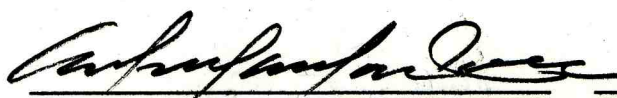
1. Em tudo o que o presente Protocolo for omissivo, aplicar-se-á a Lei Geral.
2. As dúvidas suscitadas pela aplicação do Protocolo serão esclarecidas por comum acordo das entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.



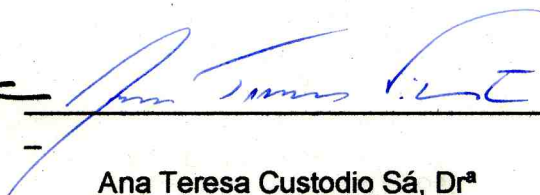
O presente Protocolo foi lavrado e assinado em dois exemplares de igual valor, em *Palmela* aos *02/06/03*, sendo distribuído a cada uma das entidades signatárias.

O Presidente do Instituto Geográfico
Português

O Presidente da CMP



Carlos Manuel Mourato Nunes, General



Ana Teresa Custodio Sá, Dr^a